



21 de setembro de 2023 | Cidade de Nova York, Estados Unidos

RELATÓRIO DO WORKSHOP

Promoção dos direitos comunitários na conservação
baseada em áreas



CONTEXTO

A Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP15), realizada no final de 2022, marcou a adoção do Quadro Global de Biodiversidade (GBF, na sigla em inglês) de Kunming-Montreal e sua principal meta de conservação baseada em área, que exige a conservação de pelo menos 30% das áreas terrestres, de águas continentais, costeiras e marinhas até 2030 (comumente chamada de 30x30). O reconhecimento das contribuições significativas dos povos indígenas e das comunidades locais para a conservação da biodiversidade foi fundamental para essa meta e para a Estrutura em geral.

A adoção do GBF abriu novas oportunidades e riscos para a implementação de suas metas de área de acordo com as abordagens de conservação baseadas em direitos e lideradas pela comunidade (RBAs, na sigla em inglês). Com as negociações agora concluídas, é essencial voltar a atenção e a ação para a implantação e o monitoramento das RBAs para essas metas de área, especialmente em nível nacional. Isso também requer a construção de um maior entendimento mútuo e colaboração entre os principais grupos constituintes e organizações que possam apoiar a conservação baseada em direitos.

Nesse contexto, a Rights and Resources Initiative (RRI), a Campaign for Nature (C4N), o ICCA Consortium e a Global Alliance of Territorial Communities (GATC) organizaram um workshop de um dia durante a Semana do Clima de Nova York, com o objetivo de mobilizar a **colaboração e a ação** em RBAs para a implantação e o monitoramento das metas 30x30.

OBJETIVOS

- Proporcionar um espaço para que as organizações indígenas e comunitárias locais detentoras de direitos de diferentes regiões compartilhem suas visões e prioridades para a conservação baseada em direitos.
- Conectar organizações de titulares de direitos com organizações da sociedade civil, ambientais e doadoras que trabalham com as metas 30x30 para criar entendimentos e agendas comuns sobre abordagens baseadas em direitos e lideradas pela comunidade.
- Desenvolver uma estratégia inicial e um plano de ação para a implantação baseada em direitos e o monitoramento das metas da área de conservação.
- Explorar interesses e oportunidades para coordenação e colaboração contínuas.

Mais de 25 participantes se juntaram ao workshop, composto por líderes de organizações indígenas e comunitárias, ONGs, organizações da sociedade civil e doadores com programas focados em abordagens de conservação baseadas em direitos.

O tema da Semana do Clima deste ano, “We Can. We Will”, que se focou na necessidade urgente de ampliar as ações, olhando para o futuro e explorando novas oportunidades coletivamente, serviu de pano de fundo para o workshop. Seguindo essa linha, os participantes refletiram sobre o que podem e o que farão para garantir que os direitos e as prioridades dos Povos Indígenas e das comunidades locais estejam no centro dos esforços globais para a conservação baseada em áreas.

Foto de capa: Semana do Clima de Nova York, 17 a 21 de setembro de 2023. Foto de Priscila Tapajowara, da Aliança Global de Autoridades Locais GATC.

SESSÃO DE ABERTURA

O RRI abriu o workshop com uma recepção calorosa a todos os participantes, agradecendo aos co-organizadores e apresentando os principais temas do workshop.

Na sessão de abertura, os palestrantes enfatizaram que, embora o GBF inclua o mais forte reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais na Convenção sobre Biodiversidade até o momento, barreiras estruturais persistentes para abordagens de conservação baseadas em direitos e lideradas pela comunidade permanecem em nível nacional. Essa situação exige esforços concertados para superar essas barreiras e garantir que os direitos e a liderança dos Povos Indígenas e das comunidades locais, incluindo mulheres nesses grupos, sejam reconhecidos e apoiados, com base em seus próprios valores, conhecimentos e sistemas de governança para manter a diversidade natural da Terra.

A conservação baseada em direitos e liderada pela comunidade também exige um maior financiamento para ampliar o reconhecimento formal dos direitos das comunidades à terra, à conservação e à gestão sustentável de seus territórios - que é o objetivo da Iniciativa de Financiamento de Conservação e Direitos à Terra da Comunidade (CLARIFI), um novo mecanismo de financiamento internacional liderado pela RRI e C4N.

A sessão de abertura foi concluída com uma rodada de apresentações dos participantes e uma visão geral da agenda e das metas para o dia.

AGENDAS LIDERADAS POR TITULARES DE DIREITOS

Na primeira discussão, um painel de palestrantes compartilhou visões e agendas lideradas por detentores de direitos para o avanço dos direitos na conservação baseada em áreas. Os objetivos dessa discussão foram

- Informar os participantes sobre os principais desafios, oportunidades e prioridades para o avanço da conservação baseada em direitos em diferentes regiões.
- Desenvolver um entendimento compartilhado das agendas e prioridades dos detentores de direitos.
- Identificar os principais elementos comuns entre as regiões na conservação baseada em direitos.

Na Ásia, um dos principais desafios foi a implantação limitada da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). Dezesesseis anos após sua adoção, apenas cinco países da Ásia reconheceram oficialmente e estão usando o termo Povos Indígenas. Há também uma tendência cada vez maior ao autoritarismo e a uma mentalidade extrativista dominante que desconsidera as visões de mundo dos povos indígenas e das comunidades locais e vê as salvaguardas ambientais e os direitos humanos como impedimentos aos interesses econômicos. Esses grupos permanecem fora do processo de tomada de decisão para a declaração e governança de áreas protegidas, e o consentimento livre, prévio e informado geralmente não é aplicado.

As referências sem precedentes aos direitos e ao conhecimento dos povos indígenas no GBF oferecem uma oportunidade única de priorizar uma abordagem baseada em direitos para todas as ações de biodiversidade na Ásia. O crescimento e a proliferação das redes de Povos Indígenas na Ásia serão a chave para alavancar essa oportunidade.

As oportunidades e prioridades atuais na Ásia incluem:

- Promover o reconhecimento dos territórios indígenas e tradicionais como um “terceiro caminho” para a implementação da Meta 3.
- Mudar o papel das redes de Povos Indígenas do status quo de tomada de políticas para a elaboração de políticas. Isso inclui a formação de Planos de Ação e Estratégias Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs) em um processo consultivo entre os formuladores de políticas e os Povos Indígenas.
- Desenvolver a capacidade dos tomadores de decisão do governo em relação aos direitos humanos, à UNDRIP [The American Declaration on the Rights of Indigenous] e sobre como se envolver com os Povos Indígenas e incluí-los de forma respeitosa e significativa nos processos governamentais.

Para perseguir essas oportunidades, o Pacto dos Povos Indígenas Asiáticos (AIPP) iniciou um levantamento anual sobre a implantação do Acordo de Paris e do GBF com ênfase nos direitos humanos e nos direitos consuetudinários à terra dos povos indígenas. A partir do próximo ano, o levantamento nacional será realizado pelas organizações dos povos indígenas, seguido de um diálogo com os formuladores de políticas nacionais que incluirá o desenvolvimento da capacidade desses últimos em relação às questões dos detentores de direitos.

Os participantes da Indonésia identificaram como um dos principais desafios a criminalização em curso das comunidades em seus próprios territórios, muitos dos quais foram designados como parques nacionais sem o seu consentimento. Em toda a Indonésia, em contraste com esse modelo de conservação de fortaleza, que exclui os povos locais da participação, os sistemas de monitoramento e gestão territorial das próprias comunidades indígenas e locais estão conservando terras e florestas sagradas. Eles observaram as seguintes oportunidades e prioridades na Indonésia:

- Restituição de terras detidas por empresas sob concessões, que se estendem muito além das áreas que estão usando. Essas terras devem ser devolvidas às comunidades para a criação de áreas de conservação lideradas pela comunidade.
- Aumento do investimento na restauração de terras indígenas degradadas por atividades de concessão, como óleo de palma e mineração.
- Promoção de pesquisas conduzidas por indígenas, envolvendo especificamente jovens indígenas.

Na **Amazônia**, os povos indígenas, os povos afrodescendentes e as comunidades locais enfrentam sérios desafios devido a políticas governamentais que, muitas vezes, são promulgadas sem a compreensão do contexto local e que não cumprem seus compromissos. Os palestrantes da região esclareceram como a criminalização dos defensores dos direitos ambientais é uma ameaça grave para as comunidades da Amazônia, pois o dia em que eles desaparecerem será o dia em que a Amazônia desaparecerá.

Para combater essas ameaças, os povos indígenas estão assumindo a liderança na proteção de seus territórios por meio de iniciativas como a liderada pela Sacred Headwater Alliance, um movimento desenvolvido por povos indígenas e comunidades locais no Peru e no Equador que compartilham a biorregião e uma visão comum de proteger a vida, os territórios e a integridade ecológica. Seus esforços para garantir a segurança de suas comunidades durante a pandemia da Covid-19 demonstram de forma contundente como o conhecimento e a governança indígenas podem proteger as comunidades locais e o meio ambiente.

Na **Bacia do Congo**, a organização regional REPALÉAC tem usado a abordagem de áreas indígenas e de conservação comunitária (ICCA) em oito países para garantir o apoio à conservação comunitária. Na República do Congo, por exemplo, as ICCAs foram identificadas na região sul e estão em processo de ampliação, incluindo o estabelecimento de ICCAs trans-fronteiriças com a **República dos Camarões**. Para apoiar esse trabalho, a REPALÉAC está em processo de fortalecimento de suas capacidades e de busca de novos fundos, coordenando ações e idéias entre governos e comunidades.

As prioridades comuns para o avanço dos direitos na conservação baseada em áreas identificadas pelos participantes da Bacia do Congo incluem a promoção:

- A importância de **garantir os direitos às terras e territórios indígenas e comunitários**;
- A necessidade de **reformular as leis e políticas de conservação para abordagens baseadas em direitos**, com a participação dos Povos Indígenas na tomada de decisões políticas em todos os níveis;
- A necessidade de as **instituições de governança indígena desempenharem papéis de liderança** na conservação de suas áreas, garantindo também que os direitos ao consentimento livre, prévio e informado sejam respeitados;
- O desafio e a necessidade crítica de **reformular e desenvolver as capacidades dos governos** para que desempenhem papéis de maior apoio;
- As questões urgentes de **abordar as ameaças às terras indígenas e comunitárias e proteger os defensores dos direitos humanos e do meio ambiente**;
- A conexão da conservação com os meios de subsistência e o uso sustentável dos recursos naturais; e
- A importância de incluir as mulheres em todos os estágios dos processos de planejamento e tomada de decisão sobre a conservação da biodiversidade, com base nas recomendações do Primeiro Fórum Sub-regional de Mulheres Indígenas e de Comunidades Locais na África Central e na Bacia do Congo.

Em todas essas questões, todos os participantes pediram uma mudança do reconhecimento para a ação, não apenas reconhecendo os sistemas de conhecimento e gestão dos povos indígenas e das comunidades locais, mas agindo para colocá-los no centro das práticas de conservação.

ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS BASEADAS EM DIREITOS

Um segundo painel de palestrantes apresentou experiências e estratégias para alcançar a conservação baseada em direitos em nível nacional. Os objetivos da sessão foram os seguintes:

- Apresentar abordagens e soluções para atingir as prioridades identificadas pelos detentores de direitos.
- Aumentar o aprendizado cruzado sobre abordagens promissoras para a conservação baseada em direitos.

Os palestrantes destacaram as seguintes abordagens principais para aumentar o reconhecimento e o apoio à conservação baseada em direitos e liderada pela comunidade:

- **Melhor documentação dos processos de conservação liderados pela comunidade:** Isso é necessário para combater a atual invisibilidade das práticas comunitárias em várias regiões e demonstrar que essas terras estão de fato sendo conservadas pelas populações locais.
- **Investimento em mapeamento:** Expandir o mapeamento das terras indígenas e das comunidades locais como base para garantir o reconhecimento das áreas conservadas pela comunidade.
- **Usar as evidências da comunidade para informar as políticas:** Coletar informações que mostrem as contribuições das iniciativas de conservação lideradas pela comunidade para atingir as metas 30x30 e defender a modificação de políticas e NBSAPs que ignorem o papel dessas comunidades na conservação.
- **Defender a integração dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais na política de conservação em nível nacional,** como no caso da Indonésia.
- **Desenvolver políticas específicas para reconhecer áreas indígenas e comunitárias conservadas,** com base na experiência da política nacional sobre ICCAs nas Filipinas. Embora as Filipinas reconheçam as terras ancestrais, a designação de ICCA está sendo buscada para fornecer proteção provisória às comunidades durante o longo processo de titulação e para estabelecer zonas “proibidas” para protegê-las contra a manipulação dos processos de consentimento.
- **Combater abordagens capitalistas de conservação** que dissociam as comunidades de sua conexão espiritual com as terras com base na retórica de que elas só obtêm benefícios comerciais de seus territórios.
- **Chamar a atenção para as injustiças que ocorrem em nome da conservação** para reforçar a oposição às abordagens de conservação que não são baseadas em direitos ou lideradas pela comunidade.
- Apoiar uma forte governança local e parcerias genuínas:
 - **Investir no desenvolvimento de organizações locais talentosas e eficazes,** incluindo organizações lideradas por mulheres indígenas e da comunidade local, reconhecendo que isso não significa “desenvolver capacidade” para atender às necessidades de doadores e parceiros externos. Exemplos de inovações no desenvolvimento de liderança incluem o Next Generation Leadership Program da AMAN e a MesoAmerican People’s Alliance School for Leadership.
 - **Criar colaborações genuínas com organizações indígenas e comunitárias,** afastando-se dos tipos de parcerias transacionais e de cima para baixo que tendem a dominar o campo da conservação. Isso requer pensar em longo prazo e fazer investimentos de longo prazo.
 - **Inverter o conceito de “capacitação”** e garantir que os governos, as ONGs de conservação e os doadores também desenvolvam suas capacidades em questões como direitos humanos, UNDRIP e envolvimento respeitoso das comunidades em seus processos de tomada de decisão.
 - **Desenvolver a solidariedade e aumentar o apoio** das organizações de conservação para a inclusão de disposições sólidas sobre os direitos indígenas nas leis e políticas nacionais de conservação.
- Reforçar o apoio e a responsabilidade do governo para a conservação baseada em direitos:
 - **Usar o poder da aprendizagem experimental para aumentar o apoio e a aliança dos funcionários do governo.** Os participantes compartilharam uma experiência recente de uma visita em grupo ao Quênia, reunindo membros da comunidade de conservação e funcionários do governo, o que ilustrou como o fato de reunir esses atores fora de suas zonas de conforto forçou-os a entender uns aos outros e a ter uma visão melhor das lutas que cada um enfrenta. Essa visita levou os funcionários do governo a aumentar seu apoio aos direitos de posse da comunidade ao retornarem.

- **Permitir que as comunidades monitorem o que seus países estão fazendo em relação ao 30x30** por meio de relatórios participativos e/ou paralelos.

Em geral, as organizações devem aprender e fortalecer o “manual” que tem sido usado para promover os direitos e a liderança das comunidades indígenas e locais em relação à mudança climática - isso combina ciência e construção da base de evidências com conexões e financiamento de networking/construção.

Os participantes também observaram que muito trabalho já foi feito para forjar conexões entre os Povos Indígenas e os movimentos comunitários locais no espaço da biodiversidade e, de certa forma, as discussões sobre a biodiversidade estão à frente, pois os parceiros globais estão determinados para alavancar e construir ainda mais essas conexões.

ATORES E INICIATIVAS INTERNACIONAIS

A terceira sessão abordou como as iniciativas e os atores internacionais podem aumentar seu apoio à conservação baseada em direitos. As apresentações e discussões também refletiram sobre as principais lacunas e mudanças necessárias na arena global para mudar a ação de conservação para abordagens baseadas em direitos e apoio às prioridades dos titulares de direitos.

Embora as organizações e os programas internacionais de conservação tenham começado a reconhecer os imperativos dos direitos humanos e a necessidade de liderança comunitária, ainda são necessárias mudanças mais significativas para **reconhecer os danos passados** e iniciar conversas sobre conservação com base na **confiança**. Isso exige que as organizações de conservação reconsiderem as práticas, inclusive reconhecendo os erros e sendo mais transparentes em relação a eles. Esse trabalho está em andamento no setor de conservação; por exemplo, a Conservation Initiative on Human Rights (Iniciativa de Conservação dos Direitos Humanos) está atualizando sua estratégia e as recomendações de uma reunião da WCS em fevereiro de 2023 sobre Conservação e Direitos Humanos incluíram apelos para:

- Descolonizar as práticas dentro das instituições de conservação e dos ministérios do governo.
- Reconhecer a ciência indígena como uma prática contemporânea.
- Reparar situações de negação de direitos no setor de conservação.

Os participantes também destacaram a necessidade de encontrar maneiras de desenvolver uma voz coletiva sobre a conservação baseada em direitos em nível nacional. Os governos se uniram para formar a **High Ambition Coalition for Nature and People** (Coalizão de Alta Ambição para a Natureza e as Pessoas), uma rede governamental informal de 113 países, que inclui entre seus objetivos a promoção do 30x30 por meio de RBAs. A participação na Coalizão de Alta Ambição proporciona um nível extra de compromisso dos governos com a Meta 3, o que pode ser um importante ponto de alavancagem para promover sua adesão aos compromissos de conservação baseados em direitos. A Coalizão de Alta Ambição também está ajudando os governos a obter os recursos de que precisam para estabelecer melhores parcerias com os povos indígenas e as comunidades locais.

Uma série de **iniciativas de doadores** também está se mobilizando para apoiar a implementação do 30x30. O **Protecting Our Planet Challenge** é o maior compromisso de financiamento privado para a conservação da

biodiversidade. Seus parceiros (incluindo o Bezos Earth Fund e a Bloomberg Philanthropies) comprometeram-se a destinar 20% dos fundos arrecadados com o desafio para iniciativas de povos indígenas e comunidades locais. Alguns desses fundos já estão sendo movimentados por meio de canais como o CLARIFI. O novo fundo de Biodiversidade do GEF também declarou a ambição de que 20% de seu financiamento seja destinado aos Povos Indígenas e às comunidades locais. Nesse contexto, os participantes do workshop pediram mais reflexão crítica sobre o papel das organizações intermediárias em relação aos fundos e plataformas liderados por indígenas no recebimento desses fundos. Eles refletiram sobre a importância de administrar os fundos de uma forma que atenda melhor às necessidades dos Povos Indígenas e das comunidades locais, para que suas organizações possam acessar o financiamento diretamente e com mais facilidade.

Outras iniciativas internacionais estão focando no desenvolvimento de **Estruturas de Direitos Humanos para a Conservação**. Os participantes conheceram uma nova iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que iniciou diálogos para esclarecer e chegar a um grupo de compromissos sobre qual deve ser o padrão mínimo de direitos humanos para organizações de conservação e financiadores de conservação. O objetivo não é criar novos padrões, mas simplesmente expressar claramente o que os padrões existentes exigem e como eles devem ser aplicados. A realização dessas discussões com rapidez e com objetivos claros é urgente, uma vez que bilhões de novos dólares de financiamento para a conservação estão chegando.

PLANEJAMENTO DE AÇÃO

Como podemos trabalhar juntos?

Os participantes usaram essa discussão como uma oportunidade para desenvolver um plano de ação coletivo com os próximos passos para este workshop e maneiras pelas quais as organizações que trabalham para promover direitos na conservação baseada em áreas podem continuar a colaborar.

As perguntas orientadoras da discussão foram as seguintes:

1. Quais são as prioridades e as próximas etapas das ações nacionais para impulsionar os direitos na conservação baseada em áreas?
2. O que é necessário para que diferentes organizações trabalhem juntas de forma mais eficaz para impulsionar essas mudanças?
3. Como a coordenação e a colaboração contínuas podem impulsionar esses esforços?
4. Em que os diálogos contínuos devem se focar?

Os participantes compartilharam muitas idéias sobre ações que poderiam ser o foco de **colaborações a serem realizadas no futuro** para garantir que a linguagem sobre povos indígenas e direitos humanos na Estrutura Global de Biodiversidade seja implementada em nível nacional. Essas ações incluem:

- **Documentar as práticas locais:** Realização de mais pesquisas para capturar como os povos indígenas e as comunidades locais estão protegendo a biodiversidade em seus territórios, restaurando habitats e aumentando a biodiversidade. A documentação e a apresentação dessas evidências oferecem uma narrativa alternativa para a conservação e podem ser usadas como uma boa ferramenta para influenciar os governos.

- **Documentar as estratégias de RBA:** Preparar e compartilhar experiências, inclusive estudos de caso, sobre como as organizações de titulares de direitos estão promovendo o reconhecimento e o apoio às suas ações de conservação para inspirar o aprendizado e a ação.
- **Avaliar e influenciar novas áreas de conservação:** descobrir quais áreas estão sendo direcionadas para a expansão de áreas protegidas ou conservadas, à medida que as ONGs de conservação e os governos buscam a implementação da Meta 3, e garantir que as comunidades sejam parceiras plenas nesse processo e tenham autonomia para determinar se e como querem que suas áreas de conservação sejam reconhecidas.
- **Fazer uma análise de políticas:** analisar as políticas de conservação e os pontos em que elas não estão em conformidade com a Estrutura Global de Biodiversidade; a seguir, encontrar maneiras de trabalhar em conjunto na defesa de políticas para alterá-las.
- **NBSAPs:** Apoiar a participação dos povos indígenas e das comunidades locais nas revisões das Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (NBSAPs).
- **Mensagens:** elaborar um conjunto concreto de pontos de discussão que esse grupo possa usar como mensagens-chave ao falar com governos ou outros atores; garantir que as histórias de sucesso sejam elevadas para atrair aliados improváveis, ilustrando os sucessos da conservação baseada na comunidade.
- **Espaços para o diálogo:** apoiar a criação de espaços para que os povos indígenas e as comunidades locais se envolvam com os governos e outros agentes de conservação a longo prazo, pois isso não existe em muitos países. Mesmo quando eles querem se envolver, há resistência por parte do governo. As comunidades devem se sentir seguras para compartilhar informações e para se envolver e contribuir em nível nacional.
- **Financiamento:** Continuar aumentando o acesso dos povos indígenas e das comunidades locais ao financiamento. Mapear os financiadores que podem canalizar fundos diretamente para as organizações de detentores de direitos que estão prontas para usá-los. Monitorar e influenciar os compromissos de financiamento de 20% dos doadores para garantir que se tornem realidade.
- **Monitoramento e responsabilidade:** Colaborar no acompanhamento da implementação da conservação baseada em direitos, por exemplo, por meio de relatórios anuais de progresso e retrocessos, que devem ser ativamente comunicados para promover a responsabilidade.
- **Para trabalhar em conjunto de forma mais eficaz,** o setor de conservação deve desenvolver sua capacidade em relação aos direitos humanos e ao engajamento respeitoso com os povos indígenas e as comunidades locais, recentrar os esforços de conservação em seus conhecimentos e visões de mundo e continuar a trabalhar para recuperar a confiança perdida pelas comunidades. Será fundamental sair de nossa zona de conforto entre os “convertidos” e levar as mensagens e estratégias deste workshop para públicos mais amplos, especialmente governos e a liderança das organizações de conservação.

Além disso, alguns participantes sugeriram fornecer as recomendações do workshop a programas e grupos regionais de conservação, como o CIHR, enquanto outros observaram a importância de envolver mais os mecanismos internacionais de direitos humanos, como, por exemplo, aproveitar as revisões periódicas dos direitos humanos universais.

Por fim, os participantes destacaram **o valor da coordenação e da colaboração contínuas**, para mobilizar ações conjuntas e aprender com a experiência dos outros. Isso deve se basear nas redes existentes, fortalecendo o que existe e criando espaço para “coordenar os coordenadores”.

Embora exista uma forte proposta de valor para o trabalho em conjunto na conservação baseada em direitos, é importante ter metas acionáveis e mensuráveis e garantir a conscientização em relação a essas metas. Para aproveitar os resultados desse workshop, será necessário garantir que haja capacidade para coordenar e mobilizar recursos e apresentar resultados, além de esclarecer quem é responsável pelo quê entre as organizações participantes.

Por fim, os participantes também recomendaram a definição de resultados anuais específicos para focar as ações conjuntas e mostrar o que estão atingindo. Com essas etapas, podemos transformar as idéias compartilhadas no workshop em ações concretas e práticas, aproveitando este momento crítico de oportunidade para impulsionar os direitos da comunidade na conservação baseada em áreas.

Organizadores do workshop

A **Rights and Resources Initiative (RRI)** é uma coalizão global de mais de 150 organizações dedicadas a impulsionar os direitos à floresta, à terra e aos recursos dos povos indígenas, dos povos afro descendentes, das comunidades locais e das mulheres desses grupos. Seus membros capitalizam os pontos fortes, a experiência e o alcance geográfico uns dos outros para atingir soluções de forma mais eficaz e eficiente. A RRI aproveita o poder de sua coalizão global para ampliar as vozes dos povos locais e envolver proativamente governos, instituições multilaterais e agentes do setor privado para que adotem reformas institucionais e de mercado que apoiem a realização dos direitos. O RRI é coordenado pelo Rights and Resources Group, uma organização sem fins lucrativos com sede em Washington, DC. Para obter mais informações, acesse www.rightsandresources.org.

Campaign for Nature é uma campanha global para proteger pelo menos 30% das terras e oceanos do mundo até 2030 e, ao mesmo tempo, impulsionar os direitos indígenas e aumentar significativamente o financiamento global para a conservação. Somente aumentando drasticamente a capacidade das comunidades, dos povos indígenas e das nações de conservar as terras, as águas e a vida selvagem é que poderemos ter esperança de proteger o mundo natural do qual todos nós dependemos. Para obter mais informações, acesse <https://www.campaignfornature.org/>.

A **Global Alliance of Territorial Communities (GATC)** é uma plataforma política de povos indígenas e comunidades locais unidos para defender a Mãe Terra para o benefício presente e futuro de toda a humanidade. A GATC garante legitimidade e representatividade graças a processos democráticos, que vão desde a comunidade até o nível plurinacional. A aliança representa 35 milhões de pessoas que vivem em territórios florestais de 24 países da Ásia, África e América Latina. As cinco organizações que a compõem são a Aliança Indígena dos Povos Indígenas do Arquipélago da Indonésia (AMAN); a Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas (AMPB); a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); e a Rede de Populações Indígenas e Locais para o Manejo Sustentável dos Ecossistemas Florestais da África Central (REPALEAC). Para obter mais informações, acesse <https://globalalliance.me/>.

O **ICCA Consortium** é uma associação internacional dedicada a promover o reconhecimento adequado e o apoio às ICCAs (territórios e áreas conservadas por povos indígenas e comunidades locais) em âmbito regional, nacional e global. A Associação foi criada para promover o reconhecimento adequado e o apoio aos territórios e áreas conservados pelos povos indígenas e pelas comunidades (ICCAs - territórios de vida) em nível local, nacional e internacional. Esse objetivo é definido no contexto de uma visão mais ampla de conservação da biodiversidade e das funções ecológicas, fomentando a subsistência sustentável e o bem-estar dos povos indígenas e das comunidades locais e implementando a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, incluindo a autodeterminação e o respeito total à sua diversidade cultural e aos direitos e responsabilidades coletivos e individuais. Para obter mais informações, acesse <https://www.iccaconsortium.org/>.